

Marco Temporal: A polêmica não acabou

O Senado aprovou projeto que regulamenta os direitos originários indígenas sobre suas terras, mas governistas acreditam que o presidente Lula deve vetar, ou o STF declarar inconstitucional

Com o placar de 43 votos a favor e 21 contrários, o Senado aprovou, na quarta-feira (27/9), um projeto de lei que regulamenta os direitos originários indígenas sobre suas terras.

Entre os principais pontos, o texto só permite demarcar novos territórios indígenas nos espaços que estavam ocupados por eles em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal — tese jurídica que ficou conhecida como marco temporal para demarcação de terras indígenas.

O projeto também prevê a exploração econômica das terras indígenas, inclusive em cooperação ou com contratação de não indígenas. A celebração de contratos nesses casos dependerá da aprovação da comunidade, da



WALDEMIR BARRETO / AGÊNCIA SENADO

O projeto traz paz no campo e paz na cidade alegam os defensores do texto aprovado

manutenção da posse da terra e da garantia de que as atividades realizadas gerem benefício para toda essa comunidade.

Segundo o relator da matéria, senador Rogério (PL-RO), o projeto é uma oportunidade de devolver segurança jurídica ao Brasil do campo. Ele disse que hoje há um sentimento de insegurança e desconforto no meio rural, por conta da indefinição do limite para demarcação. Para o senador, a decisão do

Supremo Tribunal Federal (STF) em considerar o marco temporal como inconstitucional não vincula o Legislativo.

Defesa

Senadores que hoje são de oposição ao governo federal - inclusive os catarinenses Esperidião Amin (PP) e Jorge Seif Jr. (PL) - fizeram defesas veementes ao projeto não só pela insegurança jurídica gerada pelo STF, mas também pela prerrogativa do Parlamento de legislar.

O presidente do Se-

nado, Rodrigo Pacheco (PSD), reforçou que não há sentimento revanchista com a Suprema Corte. “Sempre defendi a autonomia do Judiciário e o valor do STF. Mas não podemos nos omitir do nosso dever: legislar”, declarou Pacheco.

O projeto segue para a sanção da Presidência da República.

Veto

Na visão do líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA), é inócuo votar um projeto que

tem um sentido contrário ao que o STF decidiu como constitucional. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que retroceder a demarcação é mais que inconstitucional. “Por óbvio, será acionada a Suprema Corte”, argumentou Randolfe.

Para a senadora Eliziane Gama (PSD-MA), o projeto tenta modificar o texto da Constituição de 1988. — Se é mudança na Constituição, tem que ser PEC [proposta de emenda à Constituição]. “Este projeto está fadado ao veto presidencial”, registrou a senadora.

Expectativa em Santa Catarina

Em conversa com a Rede Catarinense de Notícias, o presidente da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina, José Zeferino Pedroso, disse que é grande a expectativa dos produtores

rurais do Estado pelo desfecho da questão, mantendo o entendimento do marco temporal na data da promulgação da Constituição - 3 de outubro de 1988.

O presidente da Faesc lembra que há muitos anos ele acompanha essa celeuma, antes da promulgação da Constituição e que, com a definição do marco temporal, na Magna Carta, a situação se acalmou. Nos últimos anos, no entanto, a apreensão voltou.

“São muitos os agricultores, que há muitos anos desenvolvem suas atividades em suas terras, que se sentem ameaçados com essa situação de insegurança jurídica. Será absolutamente desastroso se não se mantiver o marco temporal”, alertou José Zeferino Pedroso.

SCGÁS amplia redes de distribuição de Gás Natural no sul do estado

Já foi iniciada a primeira etapa de 10 km para a implantação de redes de Gás Natural de grande capacidade no sul catarinense. O projeto completo, que será executado nos próximos anos, irá interligar as maiores redes de distribuição de gás que já abastecem a região sul do estado, somando mais 65 km de gasodutos à essa importante malha de distribuição de gás da região.

As obras da primeira

etapa passarão por trecho da SC-445, em Criciúma, e seguem em direção à SC-446, em Siderópolis. De acordo com a Gerência de Engenharia da SCGÁS, esta etapa deve ser finalizada no primeiro semestre de 2024, tornando o combustível disponível para novos consumidores instalados ao longo das duas rodovias que ligam esses municípios.

Outras quatro etapas serão executadas nos pró-

ximos anos, incluindo a implantação de um novo ponto de recebimento de Gás Natural em Siderópolis, com capacidade diária de 1,8 milhões de m³ de gás, que proporcionará maior oferta do insumo para indústrias, comércios, postos de GNV e residências na região. A SCGás prevê que, até 2027, o Gás Natural chegue a mais de 80 cidades catarinenses.



“O comerciante é o legítimo veiculador de riquezas”

Haroldo Soares Glava
Ex-presidente (em memória)

Fecomércio SC
CNC Sesc Senac
Sindicatos

75 ANOS

Trabalho que lapida Santa Catarina.